

**DISCURSOS SOBRE AS GRANDEZAS E OS INFORTÚNIOS DA BAHIA:
IDENTIDADE LOCAL E INSERÇÃO NA ORDEM REPUBLICANA**

Rinaldo Cesar Nascimento Leite
Professor da UEFS
Doutor em História da PUC-SP

A instalação da república no Brasil produziu um novo arranjo na distribuição do poder político nacional. No período de 1889 a 1930, à medida que o regime avançou, foi se tornando clara a proeminência assumida por alguns estados, que passaram a controlar os mais importantes postos políticos. São Paulo e Minas Gerais foram os mais favorecidos com as rearticulações então operadas, visto ocuparem os postos de maiores potências econômicas do país e possuírem partidos regionais coesos e estruturados. O Rio Grande do Sul, respaldado na posição de terceira maior força política e econômica, conseguiu adquirir espaço significativo no núcleo do poder nacional e colheu diversas benesses. Secundando esse trio, no bloco dos intermediários, vinham os estados que tiveram grande influência na época imperial: Bahia, Rio de Janeiro e Pernambuco. As demais unidades da federação eram consideradas forças menores no jogo político.¹

A posição que a Bahia passou a ocupar na ordem republicana ocasionou um acentuado desconforto nas suas elites. Isso porque elas conservavam a memória vívida de um tempo relativamente recente, no qual os conterrâneos do passado tanto desempenharam um papel hegemônico no plano político quanto ocuparam um lugar destacado no campo cultural, sem esquecer da esfera econômica. No Império, políticos baianos exerceram inúmeros cargos administrativos de relevo, especialmente as pastas ministeriais. Para ser mais claro, a terça parte de todos os chefes de gabinete do Segundo Reinado e a quarta parte de todos que foram nomeados ministros de Estado no mesmo período tiveram origem na Bahia. Para designar essa predominância, sujeitos da própria época e historiadores posteriores, como Sérgio Buarque de Holanda, utilizaram o termo “baianismo”.²

As elites baianas eram, também, muito ciosas das tradições culturais e históricas, que remontavam ao Descobrimento e se estenderam até o século dezenove, manifestas nas

letras, artes, ciências, religião, bem como nos eventos marcantes que teve lugar no território baiano ou contou com a participação do seu povo. Do mesmo modo, até meados dos anos oitocentistas, aproximadamente, quando não exerceu a liderança do quesito, sempre esteve entre os três principais centros econômicos do país. Pretendo expressar tais proeminências, foram cunhados diversos títulos para a Bahia, dentre os quais se destacavam Rainha do Norte (em referência a sua projeção econômica, mas, sobretudo, a política) e Atenas Brasileira (alusão à sua função central na cultura, na ciência, nas artes e, também, na política nacional).³

O comparativo entre o passado imperial, no qual dominara a cena, e o presente republicano, no qual se tornara coadjuvante, provocava um sentimento angustiante nas elites, que alegavam estar a Bahia na vivência de uma crise, cujo principal sinal era o “declínio” ou a “decadência” política. Acostumada como fora a exercer o poder com as chefias de gabinete, apenas elegeu um vice-presidente no primeiro governo civil do novo regime — Manoel Victorino, na presidência de Prudente de Moraes (1894-1898) — e não mais conseguiu fazer nenhum dos dois principais mandatários da República. Entre a proclamação, em 1889, e a Revolução de 1930, a Bahia colheu insucesso todas as vezes que se aventurou a lançar candidatos aos cargos presidenciais. Rui Barbosa foi derrotado nas duas ocasiões que postulou a presidência e teve seu nome preterido diversas outras oportunidades; José Joaquim Seabra, ministro por duas vezes e governador outras duas, também fracassou numa tentativa como vice. A rigor, somente o governador Vital Soares logrou vitória, em 1930, na qualidade de vice do paulista Julio Prestes, mas não assumiu o cargo em virtude do movimento liderado por Getúlio Vargas, que pôs fim à chamada República Velha.

A percepção de grande parte das elites baianas no tocante ao novo regime fazia com que o mesmo fosse visto como uma das causas do “declínio” e a sua era fosse definida como “anos de infortúnio”. Os depoimentos que apontavam nessa direção foram muitos. O jornalista, advogado e criminologista Lemos Britto declarou a respeito:

Não é possível esconder a obscuridade em que, para todos os cotejos e confrontos, vive submersa a Bahia. A insignificância de seu papel na actualidade republicana contrasta com a grandeza de seu passado e com os seus próprios valores actuaes.⁴

Rui Barbosa, também, manifestou-se em relação ao problema. Fazendo uso da linguagem dos astrônomos, inquiriu-se como a Bahia passou de sol a satélite:

Porque seria que da condição de centro solar do systema desceu ella à de reflector de luz alheia, sendo humilde satélite, para gravitar subordinadamente numa deslutrosa inferioridade? Que singulares transmutações no seu destino a reduziram a girar, silenciosa e apagada, na órbita que outros lhe traçam? Donde as influencias, que a condenaram a esta opacidade, que accommodaram com esta subalternidade, que a paralyzaram nesta instabilidade?⁵

Descontentes com tal situação, caracterizada pelo desprestígio e pela perda de posição, as elites buscaram engendrar formas de reivindicar junto às principais forças políticas nacionais o reconhecimento da importância do Estado na nação e a sua restituição a um lugar mais prestigioso, mais condizente com suas antigas tradições.

Diversos historiadores ressaltam que uma economia pujante e a coesão político-partidária das elites regionais eram os principais fundamentos do poder desfrutado por São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul no seio da federação brasileira.⁶ A Bahia, no entanto, vinha claudicando economicamente desde meados do século XIX e, na República, conseguiu, no máximo, alcançar uma estabilização, interrompendo a tendência declinante. Politicamente, vivenciou tensões, dissensões e lutas ferrenhas entre os diversos grupos políticos estaduais, as quais pareciam tornar impraticáveis quaisquer iniciativas conciliatórias e impediam suas elites de atuarem de modo homogêneo no plano nacional em prol dos interesses gerais do estado.⁷

Enfraquecida na economia e cindida na política, a Bahia concentrou uma parcela significativa da sua energia reivindicatória promovendo um embate simbólico contra os estados hegemônicos. Dito de outro modo, diria que foi reforçando elementos identitários locais/regionais, produzindo discursos de grandezas passadas e presentes, salientando o

papel da terra na história nacional, promovendo suas riquezas e qualidades, apresentado uma versão alternativa da nacionalidade, dentre outras ações similares, que se engajou na luta pela recuperação de um lugar proeminente na ordem republicana. Com isso, opunha-se a outros discursos identitários regionalistas que serviam para justificar a proeminência de um ou outro estado na nação, como o mito bandeirante ou a idéia de locomotiva do país, ambos advindos de São Paulo, muito bem representavam.⁸

O repertório de idéias e imagens utilizado para construir uma idéia positiva de Bahia e, ao mesmo tempo, atestar a sua importância na formação da nacionalidade brasileira bastante rico, foi composto de múltiplas referências. Sinteticamente, era baseado nas raízes e tradições históricas, nas potencialidades reveladas pelas riquezas guardadas pela terra e na posse de certos dons e talentos peculiares que caracterizavam apenas a sua gente (mas sobretudo as suas elites). Um primeiro exemplo diz respeito à presunção de primazia, primordialidade e imprescindibilidade dos baianos nos momentos mais marcantes da história nacional. Não raro se falava da Bahia enquanto “célula mater”, “terra mater” ou “alma mater” do Brasil. E mais, como afirmou, no contexto aqui abordado (ou seja, as primeiras décadas do século XX), o médico e historiador Braz do Amaral, “nunca se fez coisa digna de ser referida à posteridade que não fosse levada a efeito pelos bahianos, ou com o concurso positivo delles”.⁹ Por sua vez, um ex-governador do Estado, Antonio Moniz (1916-1920), expressou-se nos seguintes termos:

O Estado da Bahia exerceu sempre a mais prenunciada influencia na vida do Brasil, destacando-se nas diferentes phases de sua historia, não somente pelo valor intellectual e moral dos seus filhos, com os quaes se tem irmanado em todo vigor da sua proverbial intrepidez e do seu denonado patriotismo, mas, também, pelas contribuições materiaes de suas potentes forças econômicas [...].¹⁰

Idéia bastante explorada foi o papel de heroína (a dita “heroína dos seios titânicos”), cujo auge do desempenho se deu nas lutas pela independência brasileira, nos anos de 1822 e 1823. Um breve exemplo é retirado das palavras do escritor Xavier Marques:

Como se sabe, a Bahia teve a parte mais gloriosa e mais decisiva, de lutas cruentas, e de heroísmo sem par, nas campanhas nortistas e sanguinolentas pela consolidação da Independência Brasileira. Já estava concluído o movimento de emancipação no Sul, e a Bahia era ainda uma luta accêsa, armada, terrível, quasi ininterrupta contra os elementos revolucionarios da Metropole que alli preponderavam, pela anarchia, contra a nossa soberania de povo autonomo. [...]

Com effeito, em muitas provincias ou partes do Brasil, no Rio, em S. Paulo, em Minas Gerais, em Pernambuco, Pará, Maranhão, houve agitação, choques, conciliabulos, motins, perseguições e represalias, mas em parte nenhuma do Brasil tiveram as lutas pela Independência a feição de luta armada, o aspecto e o caracter de uma guerra separatista, levada a feliz e glorioso termino depois de numerosas batalhas terra marique. Este grande sacrificio de sangue foi reservado à Bahia, que com elle sellou a conquista definitiva da nossa Independência [...].¹¹

Ser uma pátria de artistas, oradores, estadistas e guerreiros se tornou outro motivo de orgulho. A síntese de tudo isso aparecia no título de “Atenas Brasileira” dado à Bahia, muitíssimo cultivado pelos baianos. Escrevendo sobre o poeta Castro Alves, o estudioso dos costumes e tradições populares Mello Moraes Filho se reportou ao distinto epíteto:

A Bahia, que no dizer do famoso escriptor do Guarany é a Athenas do Brasil, pela quantidade de grandes homens que continuamente apresenta na política e na guerra, na poesia e nas artes, com os olhos humidos de pranto, guarda-lhe orgulhosa o tumulo.¹²

Essas referências, que resgatavam ocorrências históricas, eram sinais das grandezas baianas e importantes fundamentos de uma invenção identitária regional, mas não eram as únicas. A idéia de lugar abençoado sempre rondava os discursos sobre a Bahia, daí porque dizerem ser uma “bem dita terra”. Mas de que forma se dava isso? conforme as indicações recolhidas, muitos seriam os motivos para bendizer a Bahia: as belezas naturais, decantadas nas suas “exaggeradas opulências”; a fartura da terra, com seus frutos e frutas abundantes; “a riqueza e pujança da sua flora”, com suas espécies variadas e adaptáveis, assim como a fauna grandiosa em número de espécie; e, também, o clima, caracterizado como o “mais uniformemente constante em temperatura, muito mitigado, salubre e amenissimo”, dentre “todos do Brasil”, e que a dotava de “uma quasi primavera, deliciosa e eterna”.¹³ Acrescento, ainda, as inúmeras riquezas guardadas no seu

solo e subsolo, reveladoras de potenciais econômicos inesgotáveis, mas muito pouco exploradas. Tratava-se de uma ampla variedade de minérios, muitos deles abundantes, encontrados espalhados pelo vasto território, e que poderiam produzir a redenção econômica do estado.

Bendita, também, por se constituir no “lar clássico das tradições nacionais”,¹⁴ cultivando sentimentos cívicos e religiosos de uma maneira que, pretensamente, não encontrava equivalente em nenhuma outra parte do país. Daí, o gosto pelas festas, que, na idealidade de alguns membros das elites, tinham sempre um propalado caráter cívico-patriótico ou religioso, como citado há pouco. Considerando os limites de um artigo, coloco, por fim, a Bahia como terra abençoada por causa da sua própria gente, pois, conforme disseram alguns, os baianos eram seres muito especiais:

Se há, entre as diversas regiões brasileiras, povo de características invejáveis, esse é, sem dúvida, o bahiano. Inteligente até a máxima perspicácia, investigador, tenaz, operoso, bravo, cavalheiresco e jovial, ele representa um reservatório de preciosa energia brasileira, sempre comprovada e que se tornou, com o tempo, proverbial.¹⁵

Tais características os faziam se notabilizarem nas atividades a que se dedicavam e serem, digamos, indispensáveis onde quer que fosse. Aliás, os baianos, segundo alguns relatos, costumavam aparecer providencialmente nas mais diversas ocasiões, podia ser socorrendo um compatriota no distante Japão, auxiliando um viajante estrangeiro no interior goiano, “civilizando” indígenas na selva amazônica, salvando vidas durante uma epidemia na capital federal (como fizera um grupo de médicos) ou exercendo funções públicas nas mais diversas partes do país.¹⁶

Tratando de apresentar uma série de qualidades da Bahia e dos baianos (ou, para ser mais preciso, das elites), firmavam-se princípios de uma identidade regional que tinham em meta superar os infortúnios sofridos na primeira fase do período republicano brasileiro. Com seus discursos sobre as grandezas da terra, as elites pretendiam exigir que reconhecessem as suas tradições, fundamentar o que julgavam ser um legítimo direito de participar mais intensamente do poder político nacional e lutar pelo restabelecimento de um

antigo *status*. Diante das dificuldades de superar os problemas econômicos e políticos internos, apelavam as representações simbólicas como estratégia de reivindicação e convencimento das elites dos estados hegemônicos na federação brasileira de que a Bahia precisava partilhar da direção do país.

Notas

- ¹ Ver LOVE, Joseph. A República Brasileira: federalismo e regionalismo (1889-1937). In MOTA, Carlos Guilherme. **Viagem Incompleta: a experiência brasileira (1500-2000): a grande transação**. São Paulo, Editora SENAC São Paulo, 2000, p. 123-160; SOUZA, Maria do Carmo Campello de. O processo político-partidário na Primeira República. In MOTA, Carlos Guilherme (org.). **Brasil em perspectiva**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1987, p. 162-226; e RESENDE, Maria Efigênia Lage de. O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico. In FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). **O Brasil Republicano, Vol. 1: o tempo do liberalismo excludente: da Proclamação a República à Revolução de 1930**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003, p. 89-120.
- ² Sobre a hegemonia política baiana no Império, ver HOLANDA, Sérgio Buarque de, **O Brasil Monárquico: do Império à República**, São Paulo, DIFEL, 1983, p. 271-272; MATTOSO, Kátia Maria de Queirós, **Bahia, século XIX: uma província do Império**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1992, p. 288-289; e CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem: a elite política imperial; O teatro das sombras: a política imperial**. Rio de Janeiro, Editora UFRJ / Relume-Dumará, 1996 p. 198-199. “Baianismo”, palavra apropriada por Holanda, ou “dias de baianismo” foi uma “expressão usada por Francisco Otaviano em carta dirigida a Gaspar da Silveira Martins, ambos políticos do Império”, segundo consta em SANTOS, Mario Augusto da Silva. **O movimento republicano na Bahia**. Salvador, Centro de Estudos Baianos-UFBA, 1990, p. 30, nota 34.
- ³ LEITE, Rinaldo Cesar Nascimento. **A Rainha Destronada: discursos das elites sobre as grandezas e os infortúnios da Bahia nas primeiras décadas republicanas**. São Paulo, 2005. Tese (Doutorado em História) — PUC-SP, 2005, ver especialmente os capítulos 1 e 2.
- ⁴ BRITTO, Lemos, [Editorial]. **Bahia Ilustrada**, Rio de Janeiro, nº 33, dez./1920.
- ⁵ Rui Barbosa. “Discurso”. In BRITTO, José Gabriel de Lemos & CATHARINO, Alberto Moraes Martins (orgs.), **Renascimento Cívico. O Batalhão de Atiradores Bahianos na Parada Nacional de 7 de Setembro**. Bahia, Typ. Bahiana (Cincinnato Melchiades), 1917, p. 43-47.
- ⁶ LOVE, Joseph, *op. cit.*; SOUZA, Maria do Carmo Campello de, *op. cit.*; e RESENDE, Maria Efigênia Lage de, *op. cit.*
- ⁷ Sobre a economia, ver FUNDAÇÃO CENTRO DE PESQUISAS E ESTUDOS — CPE (BAHIA). **A inserção da Bahia na evolução nacional, 2ª Etapa: 1890-1930**. Salvador, 1980, p. 9. Ver, também, MATTOSO, Kátia M. de Queirós, **Bahia, Século XIX**, p. 487; AGUIAR, Manoel Pinto de. Notas sobre o “enigma baiano”. **Revista Planejamento**, Salvador, v. 5, n. 4, p. 123-136, out./dez. 1977; ALMEIDA, Rômulo Barreto de. Traços da história econômica da Bahia no último século e meio. **Revista Planejamento**, Salvador, v. 5, n. 4, p. 19-54, out./dez. 1977. Sobre as dissensões político-partidárias baianas, ver PANG, Eul-Soo. **Coronelismo e Oligarquias, 1889-1934: a Bahia na Primeira República Brasileira**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979; e SAMPAIO, Consuelo Novais. **Os partidos políticos da Bahia na Primeira República**. Salvador, Núcleo de Publicação do Centro Editorial e Didático da UFBA, 1978.
- ⁸ FERREIRA, Antonio Celso. **A epopéia bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940)**. São Paulo, Editora UNESP, 2002; LOVE, Joseph. **A Locomotiva: São Paulo na Federação Brasileira. 1889-1937**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.
- ⁹ AMARAL, Braz do, **Assumptos de Actualidade sobre Finanças da Bahia e Festas do Centenário**. Bahia: [s.n.] 1922, p. 28.
- ¹⁰ MONIZ, Antonio. “A Bahia e o seu Papel Histórico na Evolução Política do Brasil”. **Revista da Bahia**, Bahia, nº 21, 15 de outubro de 1922.
- ¹¹ “A Bahia no Centenario da Independência”. **Bahia Ilustrada**, Rio de Janeiro, nº 38, mai./1921.
- ¹² FILHO, Mello Moraes. “Castro Alves”. **Revista do Grêmio Literário da Bahia**, nº 5, mar./1903, p. 261, Usei a edição fac-similar da publicação, cuja referência completa é Revista do Grêmio Literário da Bahia: 1901-1904. Salvador, Academia de Letras da Bahia / Artes Gráficas e Industria Ltda., 1988. Todas as próximas citações da revista terão por base essa edição fac-similar; as referências de página seguem também a numeração constante na mesma.

¹³ Respectivamente, “Bellezas naturaes da Bahia”. **Bahia Ilustrada**, Rio de Janeiro, nº 10, set./1918; “Terra farta”. **Bahia Ilustrada**, Rio de Janeiro, nº 35, fev./1921; “Flora e Fauna”. **Bahia Ilustrada**, Rio de Janeiro, nº 34, janeiro de 1921; e Paschoal de Moraes. “O Clima de São Salvador”. **Bahia Ilustrada**, Rio de Janeiro, nº 05, abr./1918.

¹⁴ “A Bahia no Natal. Bahia, o lar clássico das tradições...”. **Bahia Ilustrada**, Rio de Janeiro, nº 13, dez./1918.

¹⁵ “Nossos Patricios”. **Bahia Ilustrada**, Rio de Janeiro, nº 1, dez./1917.

¹⁶ Para maiores detalhes sobre os elementos identitários baianos, os discursos sobre as grandezas e os infortúnios, ver LEITE, Rinaldo Cesar Nascimento, *op. cit.*